



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

CFFC





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa**

**Presidente Rodrigo Maia
1º Vice-Presidente Fábio Ramalho
2º Vice-Presidente André Fufuca**

**1º Secretário Giacobbo
2º Secretária Mariana Carvalho
3º Secretário JHC
4º Secretário André de Paula**

Suplentes:

**1º Suplente Dagoberto Nogueira
2º Suplente César Halum
3º Suplente Pedro Uczai
4º Suplente Carlos Manato**

**Secretário-geral da Mesa
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa**

**Diretor-Geral
Lucio Henrique Xavier Lopes**

**Diretor Legislativo
Afrísio de Souza Vieira Lima Filho**

**Diretora do Departamento de Comissões
Aparecida de Moura Andrade**

**Secretário Executivo
Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel**



Sumário

Composição	4
Apresentação	5
Atribuições	6
Plano Anual de Fiscalização e Controle	7
Visitas Técnicas	9
Proposições Apreciadas	10
Reuniões	15
Emendas ao orçamento	20
Audiências Públicas	23
Prêmio Transparência	40
Participação Social	42
Equipe CFFC	43

Composição da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Mesa

Presidente: Roberto de Lucena – PODEMOS/SP

1o Vice-Presidente: Aluisio Mendes – PODEMOS/MA

2o Vice-Presidente: Ezequiel Teixeira – PODEMOS/RJ

Titulares

Aluisio Mendes - PODEMOS/MA
Aníbal Gomes - DEM/CE
Cacá Leão - PP/BA
Claudio Cajado - PP/BA
Ezequiel Teixeira - PODEMOS/RJ
João Arruda - MDB/PR
Luiz Fernando Faria - PP/MG
Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Valtenir Pereira - MDB/MT
Wilson Filho - PTB/PB
Adelmo Carneiro Leão - PT/MG
Afonso Florence - PT/BA
Vitor Valim - PROS/CE
Wellington Roberto - PR/PB
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB
Julião Amin - PDT/MA

Suplentes

Alfredo Kaefer - PP/PR
Carlos Bezerra - MDB/MT
Deley - PTB/RJ
Fausto Pinato - PP/SP
Hildo Rocha - MDB/MA
Hugo Motta - PRB/PB
Lindomar Garçon - PRB/RO
Nelson Marquezelli - PTB/SP
Nilton Capixaba - PTB/RO
Wladimir Costa - SD/PA
Victor Mendes - MDB/MA
Delegado Éder Mauro - PSD/PA
João Carlos Bacelar - PR/BA
Jorge Solla - PT/BA
Leo de Brito - PT/AC
Luiz Cláudio - PR/RO
Padre João - PT/MG
Paulo Feijó - PR/RJ
Izalci Lucas - PSDB/DF
Odorico Monteiro - PSB/CE
Rodrigo Martins - PSB/PI

Apresentação

2018 deve ser lembrado como o ano em que os trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados buscaram dar mais efetividade a fiscalização das políticas públicas por meio do incentivo ao controle social e também de uma maior aproximação com o Tribunal de Contas da União (TCU).

A fim de melhorar a fiscalização dos gastos públicos, tanto sob o aspecto de sua correta aplicação, quanto sob o aspecto operacional: da eficiência, eficácia e efetividade da atividade governamental, duas foram as ações engendradas no mandato correspondente ao ano legislativo de 2018.

Uma delas, de natureza política, foi aproximar o órgão da sociedade civil como um todo e, em particular, das entidades do terceiro setor dedicadas ao controle social. Ao longo do ano, diversas entidades participaram de audiências públicas da CFFC, para, além de expor seus projetos, responderem a eventuais questionamentos dos parlamentares.

A outra, de cunho técnico, foi a execução do primeiro Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC) da CFFC. Este instrumento, conjuntamente com o Relatório Anual de Fiscalização e Controle (RAFC), foi instituído por meio da Resolução da Câmara dos Deputados nº 25/2017 e aproxima ainda mais a atuação do Congresso Nacional, como fiscal dos gastos públicos, do trabalho de seu órgão auxiliar de fiscalização e controle, o Tribunal de Contas da União.

Além das duas ações implementadas pioneiramente, como não poderia deixar de ser, foi dada continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido ao longo dos 22 anos de existência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Ao longo da sessão legislativa, a comissão deliberou sobre 16 Propostas de Fiscalização e Controle, 18 Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), 4 Emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), realizou 14 reuniões deliberativas e 11 reuniões de audiências públicas.

A CFFC ainda concedeu o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2018. Os premiados foram o capítulo brasileiro da Transparência Internacional, o Instituto Não Aceito Corrupção, e o Governo do Estado do Ceará. As duas entidades da sociedade civil que receberam o prêmio, têm desempenhado um papel fundamental, tanto pela propositura de novos mecanismos de controle e responsabilização de agentes públicos e privados, como pela difusão de estudos e análises que qualificam o debate público sobre o combate à corrupção. Já o terceiro agraciado é um governo estadual que lançou, em julho de 2018, uma ferramenta inovadora de transparência. Ela facilita o diálogo com os cidadãos e o acesso aos dados relativos à gestão dos recursos públicos por parte da administração.

Para o futuro da CFFC, impõe-se manutenção das diretrizes traçadas, para que o colegiado possa, cada vez mais, exercer sua missão fiscalizadora. A interação das melhores iniciativas da sociedade civil e do Estado deve ser incentivada para garantir a construção do Brasil que todos os nossos cidadãos querem e merecem.

Deputado Roberto de Lucena - PODEMOS/SP



Atribuições

Entre as competências das vinte e cinco Comissões Permanentes instituídas na Câmara dos Deputados, destaca-se o papel de fiscais da gestão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União, e também das entidades da administração direta e indireta, realizado de forma conjunta com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) – conforme art. 24, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Essa fiscalização se dá sempre no âmbito de pertinência temática afeto a cada comissão.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), entretanto, possui competência fiscalizatória mais ampla e independente de pertinência temática, tendo sido instituída a partir da aprovação da Resolução nº 77/1995, de forma a dedicar-se mais efetivamente ao relacionamento com o Tribunal de Contas da União (TCU) e à fiscalização da Administração Pública, visto que os trabalhos das demais comissões permanentes, tipicamente, não se concentram na deliberação de Propostas de Fiscalização e Controle (PFC). Em sua atuação, a CFFC ainda dispõe de outros três principais instrumentos que reforçam o caráter fiscalizatório da comissão: os Requerimentos de Informação, as Audiências Públicas e as Representações.

Diante de indícios de irregularidades, a Comissão vale-se desses instrumentos para realizar auditorias, diligências, requisitar relatórios, balanços e informações sobre contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da Administração Federal.

A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) é um eficiente meio de fiscalização colocado a serviço da CFFC e é também utilizada, em pequena escala, pelas demais Comissões técnicas da Câmara dos Deputados (art. 61, do RICD). Pode ser apresentada por qualquer deputado à Comissão e o requisito preliminar para sua apresentação é a indicação de fato determinado a ser fiscalizado e a justificativa para providência solicitada. Caso aprovado o parecer pela implementação da medida, é expedido ofício ao TCU, o órgão auxiliar de controle, que irá proceder às providências cabíveis quanto ao objeto fiscalizado. As PFCs podem ser também oriundas de denúncias apresentadas pelos cidadãos, sendo apresentadas pelo processo legislativo ordinário.

Plano Anual de Fiscalização e Controle

O Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC) é instrumento de planejamento de atuação da CFFC, elaborado nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com base em critérios técnicos com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Tem por objetivo selecionar programas e ações do governo federal que serão objeto de instrumentos legislativos de fiscalização ao longo de uma Sessão Legislativa. O PAFC teve sua primeira edição aprovada em 2018 e executada no decorrer do ano.

O PAFC 2018 previu a realização de seis (06) Propostas de Fiscalização e Controle – PFC, com auxílio do TCU, nas áreas de infraestrutura, saúde e educação, e quatro (04) visitas técnicas da CFFC em obras de infraestrutura nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Piauí.

Tabela 1: PAFC 2018 – PFCs aprovadas.

PFC	OBJETO
174/2018	Política Nacional de Atenção Oncológica - PNAO
175/2018	Política Nacional de Atenção Básica - PNAB
176/2018	Política nacional de educação: aplicação do mínimo constitucional das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino
177/2018	Política de Educação Superior/ensino superior na modalidade a distância
178/2018	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
180/2018	Planejamento multimodal da infraestrutura de transportes

As ações de fiscalização aprovadas no PAFC 2018 foram encaminhadas durante o ano. Das PFCs relacionadas, apenas a PFC 175/2018 teve relatório prévio pela implementação aprovado e foi encaminhada ao TCU na data de 19/11/2018. As PFCs 178/2018 e 180/2018 receberam relatório prévio, mas não foram aprovadas em plenário da CFFC durante o exercício de 2018, impedindo o seu envio ao TCU.

Tabela 2: Visitas técnicas aprovadas.

	ÁREA	OBJETO
01	INFRA ESTRUTURA	Usina termonuclear de Angra 3 – Angra dos Reais/RJ
02	INFRA ESTRUTURA	Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia – Goiana/PE
03	INFRA ESTRUTURA	Vila Olímpica – Parnaíba/PI
04	INFRA ESTRUTURA	Centro de Processamento Final Imunobiológico de Bio-Manguinhos – Santa Cruz/RJ

Tendo em vista a pouca disponibilidade de datas dos Deputados em ano eleitoral e também informação técnica constante no relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI, somente foi possível realizar a visita técnica ao Centro de Processamento Final de Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro.

A ação de controle foi realizada em 13 de dezembro de 2018, contando com a presença dos Deputados Jorge Solla/ PT-BA e Odorico Monteiro/ PSB-CE, e de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU). A visita foi realizada em duas etapas: uma reunião com a Presidente e diretores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e de Bio-Manguinhos, e em seguida uma visita ao terreno onde será implantado o novo Centro.



Além do PAFC 2018, foi elaborado também o Relatório Final de Fiscalização e Controle 2018 (RAFC), aprovado pelo Presidente da CFFC, mas ainda pendente da chancela dos demais integrantes da comissão. Além do RAFC 2018, cada uma das ações de controle realizadas deve gerar relatórios próprios, que serão publicados e servirão de orientação para ações de controle nos PAFCs posteriores.

Ao final do ano de 2018, a primeira edição do PAFC no âmbito da CFFC, além de configurar um marco como novo instrumento de trabalho e estabelecer um avanço nas ações da comissão, permitiu importantes avanços nos procedimentos operacionais do Plano, que trarão melhorias para a execução do exercício de 2019, oportunizando ganhos de eficiência no encaminhamento dos trabalhos e no relacionamento com o TCU.

Visitas Técnicas

No ano de 2018, a CFFC programou a realização de quatro visitas técnicas no âmbito do Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC 2018), e foram ainda aprovados requerimentos para realização de mais duas. Entretanto, tendo em vista as dificuldades de calendário de um ano eleitoral, somente foram realizadas três visitas, conforme segue:

Visitas Técnicas CFFC em 2018		
Visita	Data	Tema
BR 226	24/05/2018	Averiguar o ritmo das obras correspondentes a 100km do trecho da rodovia BR 226 entre os municípios de Presidente Dutra e Timon, no estado do Maranhão.
Refinaria Landulpho Alves	16/05/2018	Verificar in loco o que fora anunciado pela Petrobras: colocar à venda até 60% da Refinaria Landulpho Alves para a iniciativa privada e ficar com apenas 40% de participação.
Bio-Manguinhos	13/12/2018	Vistoriar as obras do Novo Centro de Processamento Final de Bio-Manguinhos (NCPFI) em Santa Cruz/RJ

A visita à BR 226 resultou do Requerimento nº 469/17 e contou com a participação de 3 parlamentares: deputado Hildo Rocha, autor do requerimento, deputado Julião Amin e o deputado Rubens Pereira Júnior. A comitiva pode constatar a lentidão dos trabalhos, que ocasionou o atraso do cumprimento dos contratos e da entrega do trecho para a população. Os responsáveis pela obra comprometeram-se a acelerar os trabalhos e os deputados presentes ressaltaram a possibilidade de nova visita técnica ao local.

O evento junto à refinaria Landulpho Alves aprovado pelo Requerimento nº 508/2018 contou com a participação do deputado Jorge Solla, autor do requerimento, e do deputado Nelson Pellegrino. Em reunião, diretores da unidade expuseram dados e informações sobre o refino de petróleo e as condições da refinaria visitada. Os deputados presentes ressaltaram o elevado interesse público na política de preços praticada pela Petrobrás e na necessidade de manter o controle sobre tão importante setor econômico.

No Rio de Janeiro, a visita a Bio-Manguinhos, resultante do PAFC 2018, contou com a presença das deputadas Benedita da Silva e Jandira Feghali e dos deputados Jorge Solla e Odorico Monteiro. A ação de controle começou nas instalações da Fiocruz, com reunião da qual participaram a comitiva de deputados, a diretoria da Fiocruz e de Bio-Manguinhos e servidores do Tribunal de Contas da União. Posteriormente, a comitiva dirigiu-se ao distrito de Santa Cruz/RJ, para observação do canteiro de obras. Ao final, observou-se a necessidade de acompanhamento do projeto, considerando a relevância para o setor de medicamentos.

Proposições Apreciadas

Aprovado Relatório Prévio:

1- PFC 47/2011 – do Sr. RUBENS BUENO - Propõe que o Tribunal de Contas da União - TCU fiscalize os contratos e obras deles decorrentes entre o Departamento de Engenharia do Exército - DEC e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Relator: Deputado **WILSON FILHO**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

Em 18/04/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE.**

2- PFC 54/2011 – do Sr. AUREO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização sobre a gestão do contrato de concessão da rodovia BR-040, no trecho entre Juiz de Fora/MG e Rio de Janeiro/RJ, com o objetivo de verificar o cumprimento das cláusulas do contrato, o cronograma de obras e investimentos, o reajuste das tarifas e eventual superfaturamento por parte da CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio.

Relator: Deputado **PAULO FEIJÓ**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

Em 09/05/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE.**

3- PFC 171/2014 – do Sr. ADEMIR CAMILO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização, a fim de analisar as contas dos recursos federais e municipais destinados para a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS), sediada no município de Pouso Alegre- MG.

Relator: Deputado **JORGE SOLLA**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

Em 25/04/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE.**

4- PFC 83/2016 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África.

Relator: Deputado **HUGO MOTTA**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

Em 13/11/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE.**



5- PFC 132/2017 – do Sr. ZÉ SILVA - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle das obras da Barragem de Berizal, localizada no Alto Rio Pardo, região norte de Minas Gerais.

Relator: Deputado **IZALCI LUCAS**.

Relatório Prévio: **pela implementação**.

Em 09/05/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE**.

6- PFC 136/2017 – do Sr. PADRE JOÃO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalização na Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e nos contratos firmados entre a União com a empresa Concessionária BR-040 S. A. (VIA 040), que quer devolver a concessão para a União.

Relator: Deputado **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**.

Relatório Prévio: **pela implementação**.

Em 06/06/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE**.

7- PFC 140/2017 – do Sr. EXPEDITO NETTO - Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle para verificar sobre o contrato n.º 015/INEX/004/2017 para aquisição de livros didáticos com a empresa FLORESCER DISTRIBUIDORA DE LIVROS EDUCACIONAIS LTDA (CNPJ n.º 08.286.688/0001-20) após procedimento de inexigibilidade de licitação com pagamento feito a partir de recursos do FUNDEB.

Relator: Deputado **VICTOR MENDES**.

Relatório Prévio: **pela implementação**.

Em 16/05/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE**.

8- PFC 162/2018 – da Sra. LAURA CARNEIRO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades em contrato da Casa da Moeda.

Relator: Deputado **HILDO ROCHA**.

Relatório Prévio: **pela implementação**.

Em 04/07/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE**.



9- PFC 175/2018 – do Sr. ROBERTO DE LUCENA - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB.

Relator: Deputado **HILDO ROCHA**.

Relatório Prévio: **pela implementação**.

Em 13/11/18. **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE**.

Aprovado Relatório Final:

10- PFC 53/2004 – do Sr. GERALDO RESENDE - Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a fiscalização do volume de recursos tanto quanto de sua destinação, além de avaliação da proporção do que foi investido, com o que foi produzido na área abrangida pelo Projeto de Irrigação da Gleba Santa Terezinha no Município de Itaporã, no Mato Grosso do Sul, e os atos passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial relacionados com o referido Projeto.

Relator: Deputado **LEO DE BRITO**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 11/07/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL POR UNANIMIDADE**.

11- PFC 79/2005 – do Sr. LUIZ CARLOS HAULY - Propõe a fiscalização e controle das fraudes ocorridas em concursos públicos realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE / UNB.

Relator: Deputado **WILSON FILHO**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 04/07/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL POR UNANIMIDADE**.

12- PFC 91/2009 – do Sr. JOSÉ CARLOS VIEIRA - Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFFC) realize ato de fiscalização e controle em procedimentos e pagamentos de contribuição às entidades filantrópicas, com débito em conta de telefone da Oi -Telemar.

Relator: Deputado **ALUISIO MENDES**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 23/05/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL POR UNANIMIDADE**.



13- PFC 152/2013 – do Sr. EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio dos órgãos técnicos do Congresso Nacional e, eventualmente, do Poder Executivo, realize ato de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no Tribunal de Contas da União, quanto à legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade de seus atos administrativos que não envolvam a atividade finalística do TCU.

Relator: Deputado **WILSON FILHO**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 04/07/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL**.

14- PFC 79/2016 – da Sra. LAURA CARNEIRO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas da União, para apuração dos problemas relacionados ao desabastecimento do teste tuberculínico para diagnóstico da tuberculose latente no sistema de saúde nacional.

Relator: Deputado **HUGO MOTTA**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 13/11/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL POR UNANIMIDADE**.

15- PFC 80/2016 – do Sr. LEO DE BRITO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União-TCU, fiscalize a utilização dos recursos repassados pelo FNDE-Fundo Nacional para o Desenvolvimento ao município de Tarauacá-AC, no ano de 2012, destinados a construção de pré-escola.

Relator: Deputado **JORGE SOLLA**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 09/05/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL POR UNANIMIDADE**.

16- PFC 89/2016 – do Sr. JHC - Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério da Transparência e Caixa econômica Federal fiscalize os recursos destinados, notadamente as obras, do chamado “Programa de Reconstrução” no estado de Alagoas.

Relator: Deputado **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**.

Relatório Final: **pelo arquivamento**.

Em 06/06/18. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL POR UNANIMIDADE**.

Reunião

19/abr/2018 – Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Com o objetivo de que a parceria entre a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara (CFFC) e o Tribunal de Contas da União (TCU) resultasse numa maior fluidez, em um ano que a agenda de trabalho foi pressionada pelo calendário eleitoral, o deputado federal Roberto de Lucena – Podemos/SP, se reuniu, na manhã de 19 de abril de 2018, com o ministro presidente do órgão, Raimundo Carreiro.

Na visita de cortesia realizada ao TCU, Roberto de Lucena se mostrou otimista e com grande expectativa em relação aos trabalhos da Comissão durante o ano. “Estamos empenhados para potencializar as nossas ações na CFFC, apesar de ser um ano atípico devido às eleições. Em nome da Comissão, venho colocar toda a nossa disposição para que a nossa parceria com o TCU se aprofunde e nos permita discutir procedimentos e instrumentos para o desenvolvimento de um trabalho efetivo”, garantiu. Lucena também reforçou o convite ao presidente do TCU para ir à Comissão para sua manifestação aos integrantes da mesma.

Raimundo Carreiro se mostrou solícito e se dispôs a cooperar dentro das competências do TCU. Lembrou que de todas as Comissões, a CFFC é a que tem maior ligação com o TCU.

O deputado frisou ainda que a comissão precisa ter um papel importante na prevenção e não apenas na fiscalização. “Nós queremos que a atuação da CFFC não se prenda à fiscalização, mas para além disso, que desenvolvamos ações de prevenção à corrupção e a erros que podem ser evitados na administração pública federal. Temos a intenção de oferecer, na próxima semana, juntamente ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, um projeto para que a Comissão tenha o seu portal de denúncia com o intuito de facilitar o contato do cidadão de todos os municípios do Brasil que queira fazer interlocução com o Congresso”, explicou.



Reunião

02/mai/2018 – Organizações da Sociedade Civil que fiscalizam gastos públicos

Representantes de organizações da sociedade civil que fiscalizam gastos públicos foram ouvidos por membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). A reunião que aconteceu na tarde do dia 02 de maio de 2018, se deu por requerimento do presidente da comissão, Deputado Roberto de Lucena. A iniciativa foi agraciada pelos convidados, como no depoimento do presidente do Observatório Social do Brasil, Ney da Nobrega. “É a primeira vez que representantes de ONGs são ouvidos por deputados. Podemos dizer que essa data é histórica para nós e para o Brasil. Nós nunca tínhamos sido chamados por deputados para tratar das nossas demandas”.

Segundo Roberto de Lucena, é muito importante que os membros da CFFC recebam as contribuições das organizações que representam a sociedade brasileira. “Foi decidido com os membros da Comissão que para além da função de fiscalização, vamos atuar na prevenção da corrupção aperfeiçoando os instrumentos que possam contribuir para a transparência e eficiência da gestão pública”, explicou.

Na ocasião, os representantes das ONGs relataram a dificuldade encontrada por eles para acessar informações públicas como cronogramas de obras públicas, valores das obras e até informações básicas como o endereço de onde estão sendo executadas obras relatadas em editais públicos. “A impressão que nós temos é que a administração federal não fiscaliza o que está sendo feito com os recursos públicos”, destacou Manoel.

Nos encaminhamentos, o Deputado Roberto de Lucena reconheceu o resultado positivo da reunião e anunciou as iniciativas que serão adotadas, como requerimentos de informações, indicações, audiências públicas e propostas de fiscalização e controle a serem pautados nas próximas reuniões da CFFC. Participaram do encontro o Deputado Federal Nelson Marquezelli (PTB/SP) e o Deputado Federal Izalcy Lucas (PSDB/DF).



Reunião

08/mai/2018 – Diretor-Geral da Câmara sobre novo portal de denúncia de corrupção

Com o objetivo de intensificar a transparência nos gastos públicos, o Deputado Federal Roberto de Lucena (Podemos/SP), se reuniu na manhã de 08 de maio de 2018, com Diretor Geral da Câmara dos Deputados Lucio Henrique Xavier Lopes para tratar do novo portal de denúncia de corrupção da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), da qual é presidente.

O presidente do colegiado traz uma nova proposta de prevenção à corrupção e ineficiência na aplicação dos recursos públicos federais e não apenas de fiscalização e controle. Para isso a Comissão quer contar com a participação da sociedade que poderá participar através de um portal de denúncias vinculado a CFFC que será lançado até o final do mês. “A Comissão está incentivando e aperfeiçoando os canais de diálogos com a sociedade para que as aplicações de recursos públicos em todas as partes do nosso país possam ser melhor acompanhadas. Com isso, os cidadãos terão respostas nos seus encaminhamentos, assim fortalecendo o trabalho em conjunto” explicou.

Participaram da reunião para desenvolvimento do novo portal também o diretor da Diretoria de Tecnologia, Sebastião Neiva, o Diretor da Assessoria de Projetos e Gestão, Antônio Carvalho e Silva Neto e a Diretora do Departamento de Comissões, Aparecida de Moura Andrade.



Reunião

08/mai/2018 – Ministro do TCU Bruno Dantas - gestão e controle na Administração Pública

O presidente da Comissão, Deputado Federal Roberto de Lucena (Podemos/SP), recebeu em 08 de maio de 2018, o ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas, responsável por coordenar a Comissão de Juristas instituída pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia. O grupo foi incumbido de elaborar propostas de aperfeiçoamento da gestão governamental e do sistema de Controle da Administração Pública para discutir propostas de Combate à Corrupção.

A iniciativa faz parte da agenda adotada pela Comissão para o ano de 2018 com foco nas ações de prevenção à corrupção e ineficiência da máquina pública, para além das suas competências de fiscalização e controle.

O ministro agradeceu o convite e se mostrou entusiasmado em trabalhar conjuntamente para o bem da sociedade brasileira. “Esse contato com a CFFC é um gol de placa, pois dentre todas as Comissões da Câmara, essa é a que temos mais afinidade por ser de fiscalização e controle. Esses encontros serão primorosos para o nosso trabalho. O envolvimento das Comissões da Câmara no nosso trabalho também legitima e valoriza a nossa Comissão de Juristas”, enfatizou.

A Comissão de Fiscalização e Controle ouviu também representantes de organizações da sociedade civil. A reunião se deu por requerimento do Deputado Roberto de Lucena. “Estamos nos articulando no sentido de que a Comissão seja um ambiente, um fórum adequado e apropriado na Câmara dos Deputados para recolher essas propostas a partir da comissão, inclusive para fazer com que o trâmite seja o mais rápido possível para que possamos fazer esses encaminhamentos no âmbito da Câmara dos Deputados. É muito importante essa sequência de reuniões que vão desencadear em várias iniciativas, dentre as quais uma audiência pública que deverá ser aprovada muito brevemente”, garantiu.



Reunião

14/jun/2018 – Câmara dos Deputados e TCU intensificam ações para promover gestão estratégica na administração pública

Em 14 de Junho de 2018, o deputado federal Roberto de Lucena, na condição de presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), conduziu evento realizado pela Câmara dos Deputados para integração com o Tribunal de Contas da União com o objetivo de aprimorar o entendimento entre os órgãos e o processo de fiscalização e controle.

Na ocasião foram apresentados pelos gestores da Câmara dos Deputados e juristas do TCU projetos, estudos e relatórios para ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade e fortalecer a participação social nos processos legislativos e de fiscalização e controle. Além disso, os documentos propuseram a melhoria da qualidade das leis e do ordenamento jurídico brasileiro, aprimoramento da avaliação e fiscalização das políticas públicas e das ações do Estado e fomento a educação política e a cidadania ativa.

Participaram da reunião o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Lúcio Henrique Xavier Lopes, o secretário geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Fernando Sabóia, o Secretário de Controle Interno da Câmara dos Deputados, João Luiz Pereira Marciano, o chefe da Assessoria de Projetos e Gestão, Antônio Carvalho, o Secretário-Geral Adjunto da Mesa da Câmara dos Deputados, a diretora do Departamento de Comissões, Aparecida de Moura, o diretor do Tribunal de Contas da União, Jetro Coutinho.



Emendas ao orçamento

Cada Comissão Permanente tem a prerrogativa de apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o orçamento de 2019, a CFFC apresentou propostas para incrementar o orçamento dos seguintes órgãos: Comando da Marinha do Brasil; Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); e Ministério da Integração Nacional.

A emenda de autoria do Deputado Izalci Lucas é de Tipo: Aprop. Acréscimo – UO: 52131, para o Comando da Marinha – Funcional/Ação/Subtítulo: 05.122.2108.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional. Valor da emenda R\$ 10.000.000,00.

Já em benefício da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), foram aprovadas duas emendas de autoria do Deputado Alan Rick - Tipo de Emenda: Aprop. Acréscimo – UO: 20118 Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - Funcional/Ação/Subtítulo: 06.183.2101.2684.0001 – Ações de Inteligência - Nacional. O valor da primeira emenda é de R\$ 40.000.000 e o da segunda é de R\$ 400.000.

Por fim, foi aprovada a emenda de autoria do Deputado Valtenir Pereira - Tipo de Emenda: Aprop. Acréscimo – UO: 53101 Ministério da Integração Nacional – Administração Direta - Funcional/Ação/Subtítulo: 06.182.2040.22BO.0001 – Ações de Defesa e Proteção Civil - Nacional. Valor da emenda R\$ 500.000.000.

Lei De Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Foram apresentadas junto à CFFC 19 emendas ao texto da LDO, listadas a seguir:

Emenda nº 1, Aditiva – adiciona incisos ao art. 129;

Emenda nº 2, Modificativa – Altera o art. 17;

Emenda nº 3, Modificativa – modifica o art. 116;

Emenda nº 4, Modificativa – modifica o art. 129;

Emenda nº 5; Modificativa – modifica o art. 5;

Emenda nº 6, Modificativa - Anexo II, XXIV - Inclui na lista de informações complementares o detalhamento sobre ações;

Emenda nº 7; Aditiva - Anexo II, XXIV – Referência: Inciso XXIII - Informações Detalhadas sobre Ações e POs;

Emenda nº 8, Aditiva - Anexo II, XXXV – Referência: Inciso XXXIV - demonstrativo de investimentos públicos em educação (PNE);

Emenda nº 9, Aditiva - Anexo II, XXXV – Referência: Inciso XXXIV - Informações Detalhadas sobre Viabilidade e Projeto Executivo;

Emenda nº 10, Aditiva - Anexo II, XXXVI – Referência: Inciso XXXV - demonstrativo de investimentos em educação (PNE);

Emenda nº 11, Aditiva - Anexo III – Item 67 – Referência: Item 66 - Distribuição de medicamentos e materiais aos portadores de diabetes;



Emenda nº 12, Aditiva - Art.107, §05, inc. VI – Referência: Art.107, §05, inc. V - obriga a publicação dos demonstrativos de financiamentos;

Emenda nº 13, Aditiva - Art.107, §09 - Proíbe o BNDES de conceder crédito para a realização de obras no exterior;

Emenda nº 14, Aditiva - Art.121-A - Acrescenta artigo dispondo sobre custo de obras;

Emenda nº 15, Aditiva - Art.127, §01, V – Referência: Art.127, §01, IV - obrigação de relatórios de saldos devidos pelo Tesouro a Bancos e FGTS;

Emenda nº 16 – Aditiva - Art.131 - Acrescenta §§ sobre definição de prazo para o Executivo publicar metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida;

Emenda nº 17, Aditiva - Art.132-A – implantação de cadastro unificado amplo de obras do Governo Federal;

Emenda nº 18, Aditiva - Art.135-A - Desenvolvimento dos Instrumentos de Transparência;

Emenda nº 19, Modificativa – Art. 21: medidas voltadas ao cumprimento da regra de ouro.

Foi retirada da apreciação a Emenda de nº 13, em decorrência de ter recebidos esclarecimentos do BNDES sobre o assunto objeto da emenda, mudando o entendimento acerca de sua necessidade. As demais emendas foram APROVADAS

Lei Orçamentária Anual (LOA) - Foram apresentadas junto à CFFC 4 emendas ao texto da LDO, listadas a seguir:

1 - Autor: Deputado Izalci Lucas – Tipo de Emenda: Aprop. Acréscimo – Comando da Marinha – Administração da Unidade – Nacional. Valor da emenda R\$ 10.000.000,00. APROVADO.

2 – Autor: Deputado Alan Rick - Tipo de Emenda: Aprop. Acréscimo –Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - Ações de Inteligência - Nacional. Valor da emenda R\$ 40.000.000. APROVADO.

3 – Autor: Deputado Alan Rick - Tipo de Emenda: Aprop. Acréscimo –Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - Ações de Inteligência - Nacional. Valor da emenda R\$ 400.000. APROVADO.

4 – Autor: Deputado Valtenir Pereira - Tipo de Emenda: Aprop. Acréscimo –Ministério da Integração Nacional – Administração Direta - Ações de Defesa e Proteção Civil - Nacional. Valor da emenda R\$ 500.000.000. APROVADO.



Audiências Públicas

No âmbito de sua atuação, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara tem o dever de promover o debate e a circulação de ideias, até mesmo para melhor compreender as circunstâncias, pormenores e se municiar de informações acerca dos temas tratados. A realização de audiências públicas é uma das ações desenvolvidas no cumprimento dessa função parlamentar, de discussão e produção de conhecimento.

Essas audiências serão retratadas, neste relatório, por meio de matérias jornalísticas produzidas pela Agência Câmara Notícias e pela equipe da Comissão e também pelas respectivas atas.

Os temas tratados nas audiências públicas foram amplamente discutidos e analisados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em reuniões abertas, com a participação de destacados atores envolvidos nos processos atinentes às respectivas questões em debate.

Audiência Pública – 06/JUN/2018

CFFC questiona constantes falhas no sinal de telefonia móvel e internet no Maranhão

Representantes da Anatel, das operadoras, do Procon estiveram, no dia 06 de junho, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, para tratar da constante falta de sinal para ligações telefônicas e acesso à internet das operadoras de telefonia móvel no estado do Maranhão.

O debate foi proposto pelos deputados Aluisio Mendes (Podemos-MA) e Julião Amin (PDT-MA). Segundo Mendes, a audiência serviu para debater as dificuldades enfrentadas pelos moradores dos municípios maranhenses causadas pelas quedas do sinal de telefonia móvel e tentar encontrar uma solução para o problema, que prejudica, até mesmo, a economia do estado.

A presidente do Procon do Maranhão apresentou dados com números de reclamações da população que comprovam a existência das falhas apontadas pelos parlamentares. Karen Barros afirmou que órgão de defesa do consumidor tem tomado as providências necessárias e que busca, além de sanções como multas, manter diálogo com as operadoras, para garantir a melhor prestação do serviço.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, defendeu a exigência de obrigações às prestadoras nas próximas licitações, previstas para as faixas de 700 MHz e 3,5 GHz, que serão utilizadas pela telefonia 4G e banda larga móvel. Quadros também defendeu a alteração da Lei 9.998/2000 do FUST (Fundo de Universalização das Telecomunicações) para permitir que os recursos arrecadados sejam aplicados no setor. “Os recursos dos fundos acabam represados, utilizados para superávit primário e não são utilizados para o fim a que se destinam.”

Os diretores das três empresas prestadoras mostraram números para demonstrar o que está sendo feito para resolver o problema das falhas no Maranhão, como a ampliação da infraestrutura de cobertura e de emissão de sinal. O diretor regional da Claro, Marcelo Campos, disse que, dentre outras ações, a empresa está ampliando a rede de atendimento ao cliente no estado.





Ata:

Às onze horas e vinte e três minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 09 da Câmara dos Deputados, com a presença dos (as) Senhores (as) Deputados(as) Aluísio Mendes - Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, Cacá Leão e Julião Amin - Titulares; Alfredo Kaefer e Hildo Rocha – Suplentes. Compareceu também o Deputado Carlos Henrique Gauguim, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Afonso Florence, Aníbal Gomes, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Luiz Fernando Faria, Roberto de Lucena, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Valim, Wellington Roberto e Wilson Filho. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinado a debater as dificuldades enfrentadas pelos habitantes dos municípios do Estado do Maranhão com as constantes interrupções de sinal de telefonia móvel, conforme Requerimentos nº 496/2018, de autoria do Deputado Aluísio Mendes e nº 500/2018 e nº 522/2018, de autoria do Deputado Julião Amin. O Presidente convidou para compor à mesa: Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da ANATEL; Sr. Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da ANATEL; Sr. Marcelo Campos, Diretos Regional da Claro Brasil; Sr. Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da Tim Brasil; Sr. Alvimar Camacam, Representante Institucional da Oi Brasil; Sra. Karen Barros, Presidente do PROCON de Maranhão; Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo da SindiTelebrasil e Sr. Enylson Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Vivo (Telefônica Brasil). O Presidente iniciou a reunião falando da importância desse debate e seu objetivo. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Por fim, passou a palavra aos convidados para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos.

Sindicatos de urbanitários criticam privatização de distribuidoras de energia elétrica da Eletrobras

Representantes dos sindicatos de urbanitários de seis estados criticaram o processo de venda de distribuidoras de energia elétrica da Eletrobras. Conforme a legislação em vigor, a União precisa privatizar ou liquidar essas empresas até 31 de julho. Os trabalhadores avaliam que a medida coloca em risco a prestação de serviços na Amazônia e no Nordeste.

O debate na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle foi proposto pelo deputado Leo de Brito (PT-AC), para discutir o Projeto de Lei 10332/18, do Executivo, que separa as atividades de geração e transmissão das de distribuição. Essa proposta incorpora alguns pontos da Medida Provisória 814/17, retirada de pauta por falta de consenso entre os parlamentares, e objeto de um requerimento de urgência que pode ser analisado nesta noite pelo Plenário da Câmara.

O presidente do Sindicato dos Urbanitários de Amazonas, Edney Martins, questionou os argumentos do governo, de que a venda deverá garantir investimentos. “Nenhum acionista terá retorno com a distribuição de energia para tribos indígenas e sítiantes”, afirmou. Para ele, o desfecho do caso está indefinido. “Se mudar o governo, se mudar a lei, muda tudo.”

Durante a audiência pública, Martins e o vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Nailor Gato, disseram que há uma proposta alternativa ainda em discussão entre os trabalhadores: a criação da Empresa Brasileira de Distribuição, uma estatal que substituiria as seis companhias da Eletrobras. Segundo eles, seria uma empresa pública com compromisso social de fornecer energia para as populações rural e pobre da Amazônia e do Nordeste.

O presidente do Sindicato dos Urbanitários do Acre, Fernando Barbosa do Nascimento, alertou que os custos de manutenção da rede elétrica na Amazônia são elevados. Para ele, um controlador privado poderá optar por reduzir a prestação de serviços. “Quando defendemos a Eletroacre como estatal, não é corporativismo, estamos pensando no bem-estar da sociedade.”

O processo de transferência de controle acionário inclui seis empresas: Eletrobras Distribuição Acre (Eletroacre), Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal), Eletrobras Distribuição Amazonas (Amazonas Energia), Eletrobras Distribuição Piauí (Cepisa), Eletrobras Distribuição Rondônia (Ceron) e Eletrobras Distribuição Roraima (Boa Vista).

A mudança de controle acionário está associada à outorga da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em seis estados por 30 anos.

A chefe da Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia, Marisete Fátima Dadald Pereira, e o assessor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Leandro Caixeta Moreira, explicaram na audiência pública que a União está obrigada, por força da legislação, a buscar um novo controlador para as seis empresas ou então liquidá-las. Nessa última hipótese, haverá licitação para a concessão da distribuição de energia elétrica para outro interessado.

Em 2016, segundo os dois técnicos, a assembleia de acionistas da Eletrobras, com o governo na maioria, decidiu não renovar os contratos de concessão dessas distribuidoras, vencidos desde 2015. Segundo Marisete Pereira, pesaram nessa decisão as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para ampliação dos serviços prestados. Os acionistas da Eletrobras consideraram que não havia recursos para investimentos.

Moreira disse que, na mesma época, várias outras estatais aceitaram a proposta do governo para renovar as concessões por 30 anos. No caso da Eletrobras, após a recusa, foi dado novo prazo e criados benefícios para que os acionistas aceitassem a renovação. Como isso não aconteceu, e os contratos haviam vencido, as seis distribuidoras foram designadas para prestar os serviços, ao mesmotempo em que a União passou a ser obrigada a se desfazer das empresas ou liquidá-las.

O assessor da Aneel afirmou ainda que as seis distribuidoras são deficitárias. Em valores atualizados, essas empresas já receberam R\$ 4,5 bilhões por meio de empréstimos de fundos setoriais. Esses repasses vão acabar quando for concluída a transferência de controle acionário, mas a conta, que crescerá até lá, ficará para os consumidores locais. Atualmente, continuou, há um extra de 9% nas contas de luz desses seis estados devido aos deficits das empresas.

Marisete Pereira, do MME, e Leandro Moreira, da Aneel, enfatizaram que a troca de controle acionário das seis distribuidoras não tem relação com a proposta de privatização da Eletrobras.

A Câmara analisa o Projeto de Lei 9463/18, do Executivo, que regulamenta a desestatização do setor de energia no Brasil. Na prática, mais ações da Eletrobras serão colocadas no mercado à disposição de investidores privados, fazendo com que a participação da União na estatal fique menor.

Durante a audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, presidida pelo deputado Roberto de Lucena (Pode-SP), parlamentares se posicionaram contra a privatização da Eletrobras. Os deputados Carlos Andrade (PHS-RR), que foi funcionário da estatal, Henrique Fontana (PT-RS) e Erika Kokay (PT-DF) criticaram a ideia com veemência.

O deputado Paulão (PT-AL), ex-presidente do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, pediu ainda apoio dos colegas para evitar a aprovação da urgência para o PL 10332/18. Já o deputado Leo de Brito aproveitou o debate para informar que a Comissão de Minas e Energia aprovou, a pedido dele, a realização de mais uma audiência pública sobre as seis distribuidoras da Eletrobras. (*Agência Câmara Notícias*)





Ata:

Às onze horas e dezenove minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 09 da Câmara dos Deputados, com a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Roberto de Lucena - Presidente; Aluisio Mendes e Ezequiel Teixeira - Vice-Presidentes; Adelmo Carneiro Leão, Julião Amin, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Wellington Roberto e Wilson Filho - Titulares; Deley, Fausto Pinato, Hildo Rocha, Izalci Lucas, Jorge Solla, Leo de Brito, Lindomar Garçon, Luiz Cláudio, Odorico Monteiro, Padre João, Paulo Feijó e Rodrigo Martins – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Darcísio Perondi, Evair Vieira de Melo, Julio Lopes, Professor Victório Galli, Tenente Lúcio e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Afonso Florence, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, João Arruda, Luiz Fernando Faria e Veneziano Vital do Rêgo. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinado a debater os efeitos da privatização da ELETROBRAS, conforme Requerimento nº 490/2018, de autoria do Deputado Leo de Brito. O Presidente convidou para compor à mesa: Sr. Fernando Barbosa do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Acre; Sr. Davi Wilson Moura do Santos, Delegado Sindical Representante da Empresa Eletrobrás Acre; Sr. Everaldo Ferreira Lima, Diretor do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas; Sr. Jose Paulo Sampaio Machado, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Piauí; Sr. Leandro Caixeta Moreira, Assessor do Diretor Geral da ANEEL; Sr. Claudio Rubens Pinho Nino, Diretor de Regulamento e Projetos Especiais, Representante da Eletrobrás e Sra. Marisete Fátima Dadald Pereira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos, Representante do Ministério de Minas e Energia. O Presidente iniciou a reunião falando da importância desse debate e seu objetivo. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Por fim, o Presidente passou a palavra aos convidados para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos convidados, dos deputados e a presença do público. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às quatorze horas e dez minutos.

Audiência Pública – 14/JUN/2018

Cortes orçamentários reduzem vagas para educação no campo

A redução dos investimentos em educação no campo foi discutida em audiência pública das comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Direitos Humanos da Câmara. O evento reuniu dezenas de representantes do Incra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), MST e Ministério da Educação (MEC).

Segundo o deputado Padre João (PT-MG), que pediu a audiência pública, o Orçamento de 2018 destinou para o Pronera apenas R\$ 3 milhões, mas seriam necessários cerca de R\$ 16 milhões para manter os cursos em andamento.

“Um dos problemas estruturantes é a questão do orçamento. Espero que daqui tenhamos uma ação junto à Comissão Mista de Orçamento para reverter essa situação”, prometeu.

O deputado explica que a lei orçamentária prevê, no total, um orçamento de R\$ 9,7 milhões para a educação do campo, mas R\$ 3 milhões são originários de emendas de bancada, que não são impositivas, ou seja, podem não ser liberadas. Há 3,7 milhões de emendas individuais para a realização de seminários e capacitação para movimentos sociais. Para cursos do Pronera, restam apenas os R\$ 3 milhões da Lei Orçamentária de 2018.

A representante do MEC, Susana Grillo apresentou dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2017, que apontam que mais de 340 mil professores trabalham nas 60 mil escolas do campo, que não incluem instituições quilombolas e indígenas.

Um terço deles não tem formação superior. Uma em cada duas escolas não tem computadores, duas em cada três estão em localidades sem acesso à internet e oito em cada cem não têm sequer eletricidade, mas devem ser atendidas pelo programa Luz Para Todos.

São quase 5,5 milhões de matrículas na educação básica, sendo quase 70% para o ensino fundamental; apenas 6,5% ou 345 mil matrículas são para o ensino médio. Para Susanna Grillo, essa discrepância representa um desafio. “Por esses dados, nós já temos desafios apontados. Nós não temos o ensino médio oferecido na mesma proporção do ensino fundamental nas escolas do campo, o que força os estudantes e suas comunidades a fazer o ensino médio descontextualizado da sua realidade sócio-cultural e política em escolas que não são do campo”, informou.

A secretária de políticas sociais da Contag, Edjani Rodrigues, considera a emenda constitucional do teto de gastos, que limitou por 20 anos os gastos públicos, uma das responsáveis pelo que ela chama de desmonte na educação no campo. Isso, segundo Edjani, se choca com a meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece que, até 2024, devem ser destinados pelo menos 10% do PIB para a educação. “A Meta 20 não foi cumprida. Se a Meta 20 não foi cumprida, as outras 19 também ficam ameaçadas, porque elas dependem de orçamento e financiamento”, lamentou. (*Agência Câmara Notícias*)



Ata:

Às dez horas e quatorze minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Hildo Rocha, Izalci Lucas e Padre João – Suplentes. Compareceram também os Deputados Erika Kokay, Evair Vieira de Melo, Felipe Bornier, João Daniel, Lincoln Portela, Patrus Ananias e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Afonso Florence, Aluisio Mendes, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Roberto de Lucena, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Valim, Wellington Roberto e Wilson Filho. ABER-TURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinado a fiscalizar e debater a redução das políticas públicas para a educação do campo e suas perspectivas na atual conjuntura. O Presidente convidou para compor à mesa: Sra. Susana M. Grillo Guimarães, Diretora de Educação no Campo, Representante do MEC; Sra. Edjane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais, Representante da CONTAG; Sr Luis Antônio Lima e Silva, Direção do MST; Sr. Idalgizo José Nonequi, Tesoureiro e Representante da UNEFAB; Sra. Berenice D'arc Jacinto, Secretária Executiva da CNTE; Sr. Iradel Freitas da Costa, Coordenador Geral do INCRA; Sra. Maria Isabel Farias, Representante da FONEC; Sr. Marcelo Ximenes, Diretor do Campus de Planaltina da UnB e Sr. Maicon Fontanive, Representante da CONIF/FOR CAMPO. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Por fim, passou a palavra aos convidados para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às treze horas e trinta e oito minutos.

CDU e CFFC debatem pavimentação definitiva dos empreendimentos do PMCMV

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), discutiu, em audiência pública a exigência de pavimentação definitiva nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. A reunião contou com a participação de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério das Cidades; da Federação Nacional dos Pequenos Construtores (FENAPC), da Caixa Econômica Federal e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Durante os debates, o dep. Odorico Monteiro (PSB/CE) ressaltou que todos concordam que é necessário tornar a moradia digna, mas há diferenças na forma de conduzir os trabalhos para chegar a esse objetivo. Segundo o parlamentar, a Portaria nº 570 do Ministério das Cidades, que torna a pavimentação definitiva um requisito básico para os empreendimentos “estar desconectada da realidade”.

Para André Martins, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades, a norma visa trazer uma série de melhorias e garantias nas unidades habitacionais. “A exigência foi colocada em maio de 2016 e vem sendo prorrogada, mas não podemos esquecer que temos um papel de fazer empreendimentos que atendam a população da forma adequada”, destacou. Para o Ministério das Cidades o importante é evitar a constituição de um novo bairro ou cidade sem calçamento, proveniente da construção de conjuntos habitacionais.

A Superintendente Nacional do Programa Minha Casa, Minha Vida da Caixa Econômica Federal, Carmem Amorim, ratificou que o programa tem sido um indutor de geração de emprego e renda de grande relevância para a sociedade. Ela destacou que o programa De Olho na Qualidade da Caixa recebe muitas reclamações dos clientes do Minha Casa Minha vida, principalmente sobre a pavimentação dos empreendimentos.

A representante da Confederação Nacional da Municípios (CNM), Karla França, demonstrou preocupação com os municípios de menos de 50 mil habitantes, que são os mais afetados e representam 90% dos municípios brasileiros. Para Karla, a portaria traz melhorias e não acredita que adiar o prazo de cumprimento da norma não seria solução. “O texto dá possibilidade de se pensar em alternativas para uma regra obrigatória. Podemos pensar de que forma isso pode ser cumprido. Ao ampliar o prazo, não estou resolvendo o problema, só adiando”, criticou.

Já o Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Lima, um dos maiores problemas é a falta de interação entre as políticas públicas. “Muitas vezes os investimentos se tornam conflitantes entre as diversas áreas e, neste contexto, entendemos que a portaria trouxe um avanço não só do ponto de vista da política pública de habitação, mas na associação dela com o planejamento urbano”.



Ata:

Às treze horas e dois minutos do dia doze de julho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 07 da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Roberto De Lucena, na forma regimental, com a PRESENÇA dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Adelmo Carneiro Leão - Titular; Odorico Monteiro – Suplente. Deixaram de comparecer os Deputados Afonso Florence, Aluisio Mendes, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Roberto de Lucena, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Valim, Wellington Roberto e Wilson Filho. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinado a debater a exigência de pavimentação definitiva nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Requerimento nº 519/2018 – CFFC e Requerimento nº 223/2018 – CDU. O Presidente convidou para compor à Mesa: Sr. André Martins Sobreiro, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades; Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União (TCU); Sra. Maria Carmem Amorim Madoz, Superintendente Nacional do Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica Federal (CEF); Sr. Ezequiel Nuno Gomes de Souza, Presidente da Federação Nacional dos Pequenos Construtores (FENAPC); e Sra. Karla Christina França, Técnica de Planejamento Territorial e Habitação da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Encerradas as exposições, iniciaram-se os debates, oportunidade em que o Presidente concedeu a palavra à plateia para comentários ou perguntas, participaram o Sr. Diogenes do Nascimento, Presidente da Associação dos Construtores do Estado de Pernambuco, e o Sr. Pedro da Associação Catarinense de Construtores e Afins. Por fim, passou a palavra aos convidados para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às quinze horas e doze minutos.

CFFC recebe novo pacote com 70 medidas de combate à corrupção

Uma coalizão de mais de 300 instituições - entre elas, a Transparência Internacional – entregou à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara um pacote de 70 medidas contra a corrupção. As propostas são consideradas uma alternativa ao pacote de 10 medidas lançado em 2015 pelo Ministério Público Federal. Esse projeto das 10 medidas foi aprovado com muitas alterações pelos deputados na Câmara e ainda está em análise no Senado.

O presidente da comissão, deputado Roberto de Lucena (Pode-SP), disse que vai conversar com os consultores da Câmara sobre a melhor forma de encaminhar as novas medidas. Algumas se referem a projetos de lei que já estão em tramitação.

Representantes de entidades presentes em audiência pública sobre o tema ressaltaram que este novo pacote tem um caráter menos punitivo que o anterior. Bruno Brandão, da Transparência Internacional Brasil, disse que a ideia é prevenir a corrupção e evitar a polarização que cercou a discussão do outro pacote.

Henrique Carlos Parra Filho, do Instituto Cidade Democrática, disse que muitas vezes a corrupção é usada como arma eleitoral. “Eu uso a discussão da corrupção para falar que eu preciso tirar o meu adversário, que eu preciso descartar alguém. Descartar um partido, descartar um parlamentar. Geralmente até quem fala muito disso é porque quer ocupar o espaço desta pessoa que vai ser descartada. A discussão sobre corrupção fica muito tática, né? Fica muito em alguns sentidos oportunista, olhando para as oportunidades que ela pode trazer. Essa iniciativa aqui, ela é de outra natureza, tanto é que envolveu a corrupção de empresas, envolveu a responsabilidade que o cidadão tem sobre o tema. Porque, se o brasileiro não denunciar, se não pedir informação, se não participar, não vai ter mudança também”, explicou Parra Filho.

Algumas medidas tratam da promoção da democracia interna dos partidos políticos e da criação de canais para denúncias de corrupção dentro destas agremiações, além da publicação das contas partidárias. A coalizão também quer fixar limites mais rígidos para o autofinanciamento de campanhas eleitorais para evitar que candidatos mais ricos sejam favorecidos. O deputado Roberto de Lucena citou o caso do fundo partidário. “Os partidos precisam aperfeiçoar os instrumentos de transparência da aplicação destes recursos, que são fundos públicos. E precisamos incluir isso (na legislação)”, disse Lucena.

Mais facilidade para a proposição de leis de iniciativa popular e a regulamentação do lobby, ou da representação de interesses, seriam alterações que afetariam a dinâmica do Congresso. No caso da iniciativa popular, hoje são necessárias, entre outras coisas, assinaturas de um por cento dos eleitores. A ideia é recolher estas assinaturas eletronicamente.

O pacote também quer facilitar a comunicação entre autoridades policiais e investigadores brasileiros e estrangeiros e até permitir a criação de forças-tarefa multinacionais. Outra novidade é a criação do pedido de explicação de riqueza incompatível feito à Justiça nos casos de suspeita de enriquecimento ilícito de autoridades públicas. O valor de patrimônio mínimo seria de R\$ 100 mil. (*Agência Câmara Notícias*)

Ata:

Às dez horas e nove minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 09 da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Roberto de Lucena, na forma regimental, com a PRESENÇA dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Roberto de Lucena - Presidente; Adelmo Carneiro Leão, Valtenir Pereira e Wellington Roberto - Titulares; Hildo Rocha, Izalci Lucas, Jorge Solla, Leo de Brito, Lindomar Garçon, Luiz Cláudio e Paulo Feijó – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Félix Mendonça Júnior, Heitor Schuch, Jaime Martins, Lincoln Portela, Professor Victório Galli e Tenente Lúcio, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Afonso Florence, Aluisio Mendes, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Valim e Wilson Filho. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinada a debater o “Novo Pacote de Medidas Anticorrupção”, conforme Requerimento nº 531/2018 – CFFC. O Presidente convidou para compor à Mesa: Sr. Bruno Brandão, Diretor Executivo da Transparência Internacional Brasil; Sr. Michael Freitas Mohallem, Coordenador do Centro de Justiça e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Carlos Alves Moura, Codiretor da Secretaria Executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; Sr. Ney da Nóbrega Ribas, Presidente do Observatório Social do Brasil; Sr. Henrique Carlos Parra Filho, Diretor Executivo do Instituto Cidade Democrática; Sr. Guilherme France, Consultor da Transparência Internacional Brasil; e Sra. Marina Martins Ferro, Gerente Executiva de Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto Ethos. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Encerradas as exposições, iniciaram-se os debates, oportunidade em que o Presidente concedeu a palavra à plateia para comentários ou perguntas; participou a Sra. Elisa Robson, jornalista. Por fim, o Presidente leu as perguntas que os internautas fizeram no portal e-Democracia e concedeu a palavra aos expositores, para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às doze horas e quarenta e um minutos.



Crise fiscal afeta construção de creches, alerta Transparência Brasil

Obras canceladas, prazo de construção médio de cinco anos e crise fiscal. Este é o cenário levantado pela Transparência Brasil sobre as obras de creches coordenadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), lançado em 2007, foi discutido em audiência pública solicitada pelo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Roberto de Lucena (Pode-SP).

Bianca Mondo, da Transparência Brasil, disse que a organização acompanhou 135 obras de creches entre junho de 2017 e novembro de 2018. O resultado foi que apenas 17 haviam sido concluídas e a maior parte foi cancelada. Obras que deveriam acabar em no máximo um ano tiveram um tempo médio de inauguração de cinco anos. Os atrasos, segundo Bianca, são provocados por problemas nas contratações, descontinuidade nos repasses dos recursos e até despreparo técnico.

Um exemplo foi a adoção, pelo governo federal, de metodologias inovadoras de construção que não conseguiram ser executadas pelas prefeituras, como explica Bianca: “Houve licitações centralizadas, com poucas empresas assumindo todas as obras no Brasil, e isso resultou num massivo abandono das obras. E nos municípios que nós acompanhamos, verificamos que a imensa maioria das obras não iniciadas e das obras paralisadas eram justamente projetos desse tipo”, explicou.

Júlio Cezar Viana, do FNDE, afirmou que a crise fiscal é um dos motivos para o atraso das obras. “O Brasil passou por um momento, uma questão macroeconômica bem difícil; tivemos que nos adequar ao que estava acontecendo”, disse. Segundo ele, desde 2016 a orientação é que só fossem iniciadas obras que o governo pudesse pagar. “Várias obras que estão como ‘não iniciadas’ não necessariamente é um problema do FNDE, do município. É um contexto do país. Houve uma orientação, para ser bem claro, que não tivesse um incentivo para novas obras para que a gente não tivesse um impacto fiscal maior e conseguir equilibrar as contas”, observou Viana.

Após a audiência, ficou acertado que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle vai intermediar uma nova reunião mais técnica sobre o assunto para buscar soluções para o problema. Marcos Lindenmayer, da Controladoria-Geral da União, disse que a população pode reclamar sobre o andamento de obras com recursos federais em seu município pelo Facebook da CGU.

A falta de creches e escolas afeta principalmente as crianças de 0 a 3 anos. O Plano Nacional de Educação prevê que, pelo menos, 50% das crianças nesta faixa etária estejam matriculadas até 2024. Mas o IBGE divulgou que, em 2017, esse percentual era de apenas 32,7%. (*Agência Câmara Notícias*)



Ata:

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 09 da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Roberto de Lucena, na forma regimental, com a PRESENÇA dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Roberto de Lucena - Presidente; Aluisio Mendes - Vice-Presidente; Julião Amin, Valtenir Pereira e Veneziano Vital do Rêgo - Titulares; Fausto Pinato, Hildo Rocha, Hugo Motta, Izalci Lucas, Jorge Solla, Lindomar Garçon, Nilton Capixaba, Odorico Monteiro e Padre João – Suplentes Compareceram também os Deputados Antônio Jácome, Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Julio Lopes, Professor Victório Galli e Sóstenes Cavalcante, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Afonso Florence, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Luiz Fernando Faria, Vitor Valim, Wellington Roberto e Wilson Filho. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinada a debater o “O monitoramento de licitações, contratos e obras de escolas realizado pela Transparência Brasil e Observatório Social do Brasil”, conforme Requerimento nº 532/2018 – CFFC. O Presidente convidou para compor à Mesa: Sra. BIANCA VAZ MONDO, Gerente do Projeto Obra Transparente da Transparência Brasil; Sr. NEY DA NÓBREGA RIBAS, Presidente do Observatório Social do Brasil; Sr. MARCOS GERHARDT LINDENMAYER, Ouvidor-Geral Adjunto Substituto da Controladoria-Geral da União; Sr. JULIO CEZAR VIANA, Coordenador-Geral de Programas Especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Encerradas as exposições, iniciaram-se os debates, oportunidade em que o Presidente concedeu a palavra à plateia para comentários ou pergunta. Por fim, o Presidente leu as perguntas que os internautas fizeram no portal e-Democracia e concedeu a palavra aos expositores, para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às onze horas e cinco minutos.

Audiência Pública – 11/DEZ/2018

CFFC discute situação dos atingidos pela Barragem de Sobradinho



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara realizou audiência pública para debater a situação atual dos atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia. Autor do pedido para fosse realizado o debate, o dep. Jorge Solla (PT-BA) lamentou descaso da Chesf com a situação dos atingidos pela barragem

Representantes das 72 mil pessoas deslocadas compulsoriamente para a construção do lago de Sobradinho, reclamam reparação pelas perdas com a desapropriação de suas propriedades. O lago atende a usina hidrelétrica de Sobradinho. Concluído há 40 anos, cobre uma área de 4.214 Km². Para sua construção, 26 mil propriedades foram desapropriadas.

Os habitantes das cidades de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso foram realocados para outras localidades, e, segundo a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), responsável pela obra, essas pessoas foram reassentadas e tiveram suas perdas resarcidas.

Mas o Presidente da Associação dos Ribeirinhos e Pescadores do Lago de Sobradinho, Genivaldo da Silva, diz que a realidade foi outra. “Nós não ganhamos terra, não ganhamos casa, não ganhamos nada. A única agrovila que foi construída para assentar algumas dessas pessoas da região foi a agrovila I, hoje, Serra do Amaro. Nessa agrovila, as pessoas que chegaram lá, com 90 dias, receberam um carnê para pagar pela terra e pela casa que tinha sido construída ali”, informou.



A pesquisadora Marta dos Santos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), informou que uma pesquisa realizada com a população atingida pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho mostrou que a obra provocou perda de vários direitos fundamentais, como moradia, água, luz, mobilidade, condições de trabalho e geração de renda. Segundo a pesquisadora, a falta de acesso a esses serviços essenciais nas localidades, que são isoladas, prejudicará várias gerações.

Ata:

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Roberto de Lucena, na forma regimental, com a PRESENÇA dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Roberto de Lucena – Titular; e Jorge Solla, - Suplente. Compareceram também os Deputados Evair Vieira de Melo e Professor Victório Galli, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aluisio Mendes, Adelmo Carneiro Leão, Afonso Florence, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Valim, Wellington Roberto e Wilson Filho. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinada a debater a “Atual situação dos atingidos pela Barragem de Sobradinho/BA”, conforme Requerimento nº 507/2018 – CFFC. O Presidente convidou para compor à Mesa: Sr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Ribeirinhos e Pescadores do Lago de Sobradinho; Sra. Ana Paula Moreira, Pesquisadora do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); e Sra. Fernanda Rodrigues dos Santos, Representante Regional do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para que fizessem suas exposições. Durante esta exposição, houve suspensão breve da reunião, de quinze horas e nove minutos às quinze horas e dezoito minutos, para que o Dep. Jorge Solla pudesse comparecer ao Plenário e votar. Encerradas as exposições, iniciaram-se os debates, oportunidade em que o Presidente concedeu a palavra à plateia para comentários ou pergunta. Por fim, o Presidente concedeu a palavra aos expositores, para que respondessem questionamentos e fizessem suas considerações finais. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos.

Audiência Pública – 29/MAI/2018

A atual situação da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia

Ata:

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Anexo II, Plenário 11 da Câmara dos Deputados, com a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Roberto de Lucena – Presidente; Aluisio Mendes – Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, Julião Amin e Wilson Filho – Titulares; Hildo Rocha, Izalci Lucas, Jorge Solla, Leo de Brito, Luiz Cláudio e Nilton Capixaba – Suplentes. Compareceu também o Deputado Evair Vieira de Melo, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Afonso Florence, Aníbal Gomes, Cacá Leão, Claudio Cajado, Ezequiel Teixeira, João Arruda, Luiz Fernando Faria, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Valim e Wellington Roberto. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos de Audiência Pública destinado a debater a atual situação da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia (BERON) em processo de renegociação pela União, conforme Requerimento nº 494/2018, de autoria do Deputado Luiz Cláudio. O Presidente convidou para compor à mesa: Sr. Hermínio Coelho, Representante do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Sr. Denis do Prado Neto, Coordenador Geral de Haveres Financeiros, representante da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda; Sr. Marcus César Santos, representante do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Sr. Alexandre Cardoso da Fonseca, Procurador do Estado de Rondônia, representante do Ministério Público de Rondônia; Sra. Heloisa Helena de Castro Calmon Sobral, representante da Secretaria das Finanças de Rondônia. Também compareceu e foi convidado a compor a mesa, o Senador Ivo Cassol. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às dezesseis horas e trinta minutos.

Prêmio Transparência

CFFC entrega Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2018

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados entregou, no dia 12 de dezembro, o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2018, que homenageia personalidades e entidades que contribuíram para a transparência fiscal pública do País.

A premiação foi entregue pelo presidente do colegiado, deputado Roberto de Lucena (PODE/SP). “Acredito que essa premiação se torna mais importante a cada ano, pois a luta contra a corrupção deixou de ser um assunto menor e se tornou uma prioridade da nossa cidadania. A revelação de graves casos de improbidade escancarou, diante de todos, os prejuízos causados por esses atos: o declínio econômico, a subversão da democracia, e a corrosão da confiança nas instituições”, discursou o presidente.



Os agraciados foram:

- Transparência Internacional Pública, organização não governamental (ONG) que realiza movimento global anticorrupção;
- Instituto Não Aceito Corrupção, ONG que contribui com regras eficientes no enfrentamento ao mau uso dos recursos públicos; e
- Governo do Ceará, que por meio da plataforma Ceará Transparente, presta contas à sociedade de forma prática e simples.



Em seu discurso de abertura do evento, o deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG) afirmou que a Lei de Acesso à Informação (12.527/11) ajudou a disseminar a transparência nas atividades governamentais. “A administração pública brasileira vem passando, na última década, por uma guinada rumo à transparência, única maneira de fornecer ao cidadão a informação que ele necessita para fiscalizar e controlar os atos públicos. Agora, os brasileiros já têm certeza de que sem transparência abrem-se as portas para os mais gritantes desmandos com a coisa pública”, concluiu Moreira.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, em discurso enviado para a cerimônia, pontuou que algumas ações mereceram especial destaque. “A democracia depende da cumplicidade e da transparência das informações do poder público. Só assim, a sociedade pode fazer controle social das ações fiscais. É direito do cidadão conhecer como são aplicados os recursos e poderem identificar irregularidades ou condutas contrárias ao interesse público. ”

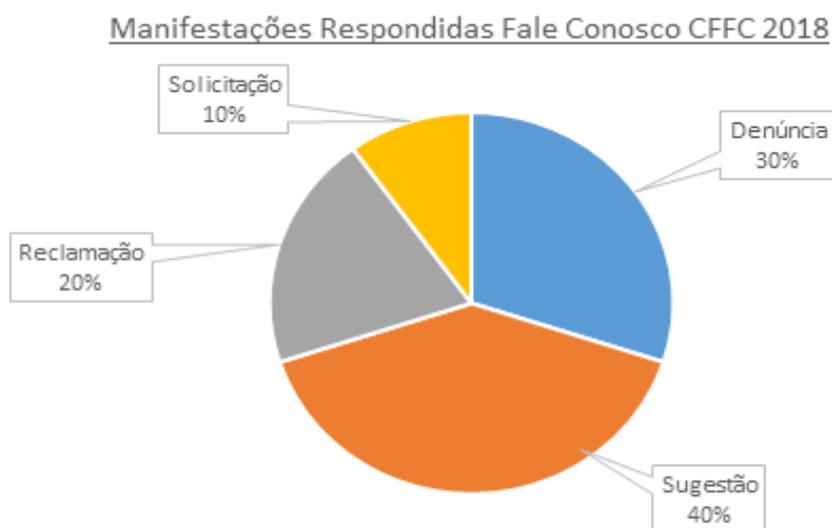
O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Roberto de Lucena, que tem sido referência no combate à corrupção dentro do Congresso Nacional, disse: “Acredito que essa premiação se torna mais importante a cada ano, pois a luta contra a corrupção deixou de ser um assunto menor e se tornou uma prioridade da nossa cidadania. A revelação de graves casos de improbidade escancarou, diante de todos, os prejuízos causados por esses atos: o declínio econômico, a subversão da democracia, e a corrosão da confiança nas instituições”.

O prêmio Transparência e Fiscalização Pública é concedido há 15 anos. A premiação é dividida nas categorias Governo e Sociedade Civil. A primeira é entregue a entes da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Já a segunda, a pessoa, entidade, ou conjunto de entidades da sociedade civil. (*Agência Câmara Notícias*)

Participação Social

A CFFC recebe participação da sociedade por intermédio de dois canais principais: o Fale Conosco, disponível no portal da Câmara dos Deputados e na página da CFFC na internet, e por ocasião da realização de audiências públicas interativas.

O Fale Conosco recebe dúvidas, sugestões, denúncias e solicitações. As manifestações que são destinadas à CFFC são analisadas e respondidas de acordo com a pertinência de cada tema. Em 2018, a CFFC respondeu dez ocorrências por essa via de acesso, distribuídas por tipo em sugestões, reclamações, denúncias e solicitações. O tempo médio de resposta para as manifestações foi de 280,1 dias.



Fonte: Sistema Prisma.

Nas Audiências Públicas Interativas, qualquer cidadão pode enviar mensagens, questionamentos ou sugestões aos deputados e convidados sobre os assuntos em discussão, inclusive ao vivo durante os debates. Em 2018, foram realizadas onze audiências públicas, das quais três interativas, que oportunizaram o recebimento de cinco manifestações de cidadãos.





Equipe CFFC

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

CHEFE DE SERVIÇO

Gabriel Matos De Souza Tenser

CHEFE DE GESTÃO DE PROPOSIÇÃO

Gleisson Abilio Mangueira

SERVIDORES

Denis Urazato Pereira

Maria Do Carmo Menezes De Lucena

Silvério Aureliano De Mello Rios

CNE

Augusto de Carvalho Schuch

Túlio Guilherme Cardoso Silva

PRÓ-ADOLESCENTES

Joseane

Maria Vitória